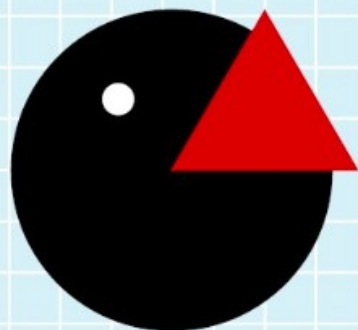


PAINEL 1 - DEBATEDORA – EULÁLIA ALVARENGA



Ciclo de debates
Endividamento
de Minas Gerais

26 e 27 de outubro de 2023

**DESTACO 2 CARTAS DE INTENÇÕES DO GOV. BRASILEIRO
AO FMI —
-UMA DE SETEMBRO/1990, ITEM 18, CONSTOU**


“18. O Governo lançou um ambicioso programa de privatizações que se destina a liberar recursos fiscais e a promover a eficiência da economia. O primeiro grupo de empresas públicas a serem privatizadas dentro dos próximos três anos inclui 10 firmas nos setores petroquímico, siderúrgico e de fertilizantes, com um valor preliminarmente orçado em US\$ 15 bilhões líquidos [...] a receita proveniente da privatização será utilizada no resgate da dívida pública.”

OUTRA -CARTA DE INTENÇÕES AO FMI DE DEZEMBRO/1991, ITENS 24, CONSTOU:

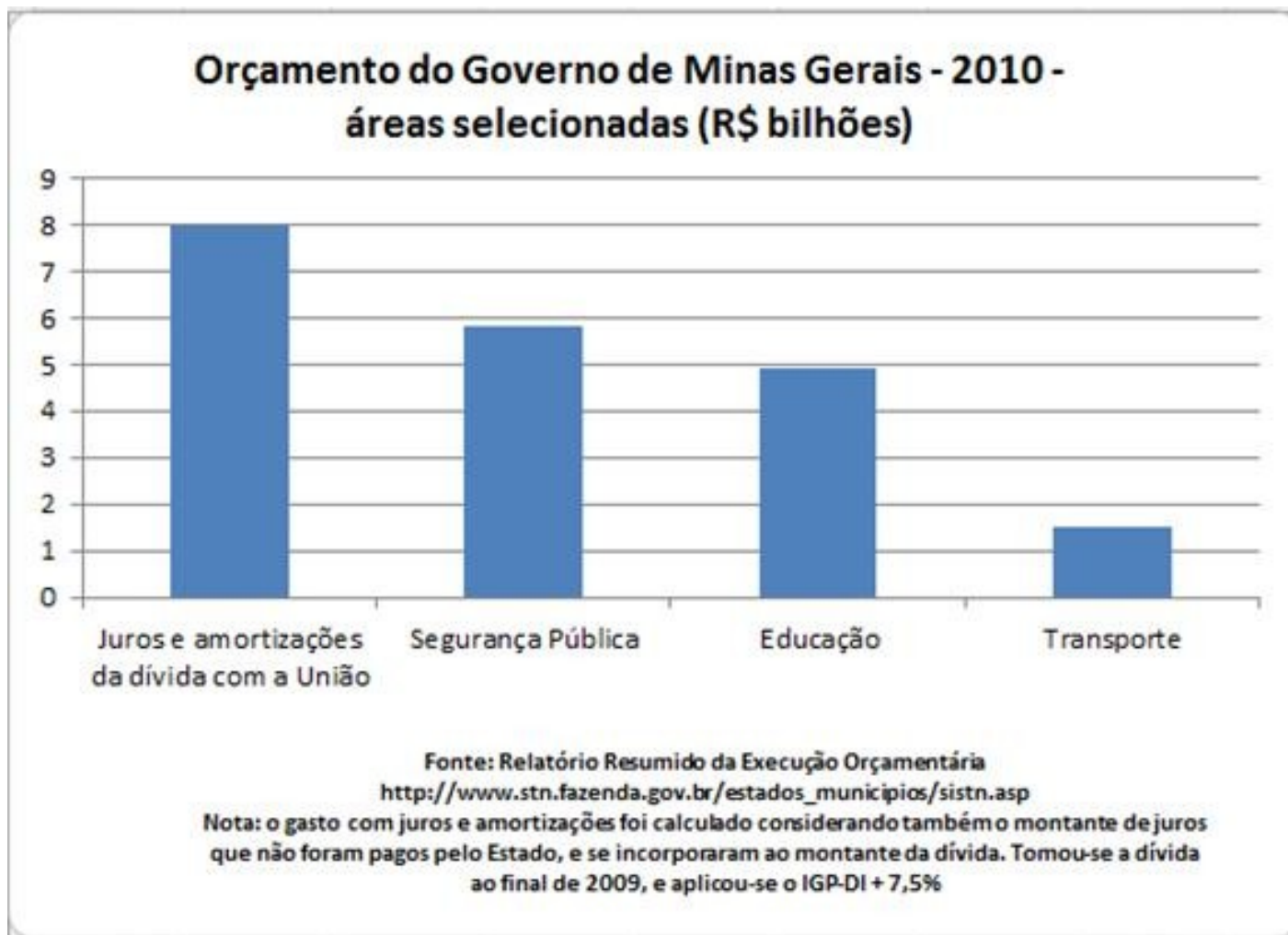
24. Um ambicioso programa de privatizações que deverá render aproximadamente US\$ 18 bilhões foi iniciado em outubro de 1991, com a venda da USIMINAS – uma lucrativa siderúrgica que é a maior da América Latina...”

MINAS NÃO SE CALA

O peso que essa dívida representa para o Estado tem inviabilizado, desde sua assinatura, investimentos e atendimento às necessidades sociais, o que torna a terceira maior economia do País em uma sociedade das mais desiguais. Cabe salientar que o montante pago pelo Estado, mensalmente, não foi suficiente para quitar juros e amortizar o principal, o que acabou gerando nova dívida.



DÍVIDA DE MG CONSOME MAIS RECURSOS QUE AS ÁREAS DE SEGURANÇA, EDUCAÇÃO E TRANSPORTE



Varição e Composição do Estoque da Dívida

R\$ Milhões

| | Novembro/22 | Dezembro/22 | Participação (%) | Varição (R\$) | Varição (%) |
|---------------------------|-------------------|-------------------|------------------|-----------------|---------------|
| Dívida - Indexador | 156.273,37 | 156.643,33 | 100% | 369,97 | 0,24% |
| CAM¹ | 123.363,47 | 124.574,95 | 79,53% | 1.211,48 | 0,98% |
| Câmbio | 22.085,58 | 21.310,12 | 13,60% | -775,46 | -3,51% |
| Taxa Flutuante | 9.489,32 | 9.433,63 | 6,02% | -55,69 | -0,59% |
| Prefixado | 1.335,00 | 1.324,63 | 0,85% | -10,37 | -0,78% |

1- CAM – Coeficiente de Atualização Monetária relativo ao contrato de financiamento – Lei nº 9.496/97, baseado na Lei Complementar nº 148/2024 e Decreto nº 8.616/2015.

DESTACO QUE A SOCIEDADE MINEIRA- DESDE OS MOVIMENTOS SOCIAIS, SINDICATOS, ÓRGÃOS DE CLASSE, ASSEMBLEIA E GOVERNOS DO ESTADO NÃO VEM DE AGORA CONTRA ESSA DIVIDA.

- **Governador Itamar Franco** ao assumir o governo, janeiro 1999, **solicita suspensão por 90 dias do pagamento da dívida com a União** para analisar os contratos .
- **Luta da procuradoria do estado**- produziu brilhantes defesas cito a das procuradoras do estado ministra Carmem Lúcia e prof. Mizabel. Já em 2002 em **ACAO ORDINARIA DE 2002 JUNTO AO SUPREMO**- obteve sucesso **CRITERIO DA VARIACAO POSIIVA DO IGP-DI.**

DESTACO QUE A SOCIEDADE MINEIRA- DESDE OS MOVIMENTOS SOCIAIS, SINDICATOS, ÓRGÃOS DE CLASSE, ASSEMBLEIA E GOVERNOS DO ESTADO NÃO VEM DE AGORA CONTRA ESSA DIVIDA.

Destaco movimento de 2011/2012- ampla movimentação da sociedade, debates, palestras, **foram realizados para que o povo de Minas conhecesse o que o serviço dessa dívida acarretava nas contas do Estado.**

- -a Luta foi abraçada pela ALMG que instituiu **a Comissão Especial da Dívida Pública, novembro de 2011, para 'estudar o processo de endividamento do Estado perante a União e analisar as possibilidades de renegociação dos contratos de refinanciamento em vigor**

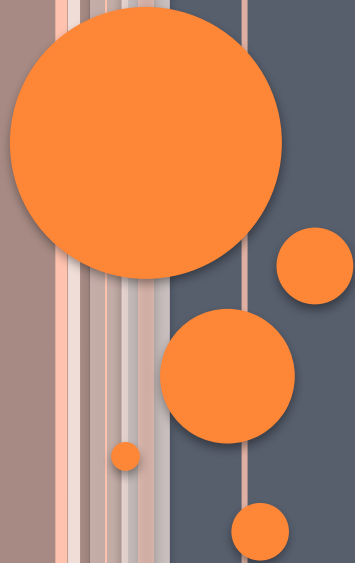
DESTACO QUE A SOCIEDADE MINEIRA- DESDE OS MOVIMENTOS SOCIAIS, SINDICATOS, ÓRGÃOS DE CLASSE, ASSEMBLEIA E GOVERNOS DO ESTADO NÃO VEM DE AGORA CONTRA ESSA DIVIDA.

Emitiu documento intitulado - Relatório Parcial da Comissão Especial da Dívida Pública .

Um dos principais resultados da Comissão foi projetar o debate em nível nacional e no início de 2013, o Poder Executivo envia ao Congresso Nacional o PLP nº 238/2013, que alterou as taxas de juros das dívidas dos estados e municípios com a União.

O Projeto enviado pelo Executivo- foi só um paliativo para acalmar os ânimos.

- LC nº 148/2014 - **Impasse autorizativa**



-PERGUNTA PARA A TAXA EFETIVA DE JUROS

Mesmo não adotando a tese do anatocismo, por ser as parcelas mensais, houve uma diferença taxa efetiva, paga à União, para a taxa contratada a 7,5% a.a. foi de 7,763% a.a.

Para a taxa de 6% a.a. de 6,17% a.a., o Sr considera que foi desrespeitada a cláusula contratual referente ao teto anual da taxa de juros?

CEMIG

Contrato de Cessão de Crédito do Saldo Remanescente da Conta Resultados a Compensar - CRC -assinado em 31-05-1995 / 98 + aditivos

Em 31/5/1995 = o valor dívida - de **R\$ 602 milhões**.

Final de 2011 = **R\$ 5,6 bilhões = se multiplicou por mais de 9 vezes.** – **Juros e CM 2012: IGP-DI + 8,18 – 2006: IDP-DI +12%**

No final de 2012, o governo do Estado negociou esta dívida, por meio da tomada de empréstimo externo de cerca de R\$ 4 bilhões junto ao Banco Mundial e outras instituições internacionais, alegando que assim teve um desconto de R\$ 1,9 bilhão e passaria a pagar juros de 4,62% (taxa média ponderada pelos saldos e pela projeção da LIBOR) ao ano, ou seja, 4,62% mais a variação cambial.

CEMIG

Estoque da Dívida Fundada da CEMIG – 2007/ 2014

R\$ milhões

| Descrição | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014* |
|-----------------------|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| CRC - CEMIG | 3.661 | 4.191 | 4.329 | 5.070 | 5.580 | 2.422 | - | - |
| | | | | | | | | |
| DÍVIDA EXTERNA | 562 | 1.242 | 1.845 | 3.067 | 3.616 | 5.602 | 9.396 | 10.383 |

Fontes: SCGOV/ STE/SEF – MG – STN – https://www.contaspublicas.caixa.gov.br/sistncon_internet

- Elab. Econ. Eulália Alvarenga

PERGUNTA SOBRE A DÍVIDA EXTERNA

O aumento considerável da dívida externa em 2012/2013, foi devido ao empréstimo para pagar a dívida com a CEMIG (quitada no ano de 2013)?

PERGUNTA: quanto o Estado já pagou e se ainda deve, qual o valor, referente a esse empréstimo?

PERGUNTA SOBRE IMPACTOS ECONOMICOS E LEI KANDIR

Minas chegou ao absurdo de pagar à União, de jan/99 a dez/2016, uma remuneração sobre a dívida de 1.606%, enquanto a inflação pelo IPCA foi de 228%. Uma variação entre a remuneração da dívida/variação IPCA de 1.378%.

PERGUNTA: Qual a lógica dos juros? No caso adotou-se uma lógica de risco baixo e juros altos Podemos dizer que: A União é a maior responsável pelo fraco desenvolvimento dos Estados, que decorre dos contratos dessa dívida?. E AFETOU, em maior grau, os estados produtores de matérias, primas e semielaboradas devido a Lei Kandir?

*

PERGUNTA LEI KANDIR

Minas Gerais, Estado que mais perdeu receita com a Lei Kandir (estimado pelo Estado em 2015 em 135 bi), o valor previsto no acordo corresponde a pouco mais de R\$ 8,7 bilhões, que serão pagos pela União em 17 anos (R\$ 6,5 bilhões do Estado e R\$ 2,1 bilhões dos Municípios). Valor esse que não chega a 7% daquele devido pela União.

Pergunta: porque não houve um encontro de contas entre a dívida contratual do Estado, dívida nefasta contraída em 1998, com os créditos a receber da União (créditos devidos pela aplicação da Lei Kandir?)

COMISSAO PAGA AO AGENTE- CLÁUSULA 15, I A IV E ADITIVO 2º

.A partir dos dados constantes nos arquivos “LEI 9496 – apos jan2007.xls” - planilha “Comissões (dia 1º)”e “LEI 9496 – ate dez 2006.xls” – planilha “Apura Comissao”, “presumi-se” que o montante pago de Comissões somou R\$ 9,242 milhões até novembro de 2011

PERGUNTAS:- quais serviços estariam abrangidos por essa taxa de administração?

A comissão do agente , no contrato, tinha CM pelo IGP-DI.

Essa comissão ao agente ainda está sendo paga? Quanto de pagou ?Tem correção?

*

PERGUNTA - LIMINAR GOV PIMENTEL

- Em 2018, o Estado obteve liminar no STF para evitar bloqueios de recursos pela União no âmbito da renegociação de dívidas nos ditames da LC nº 156, o que acabou por aliviar e beneficiar as contas do Governo Zema.

o Sr acredita realmente que o governo federal possa colocar a guilhotina na cabeça do Estado caso a liminar seja suspensa?

PERGUNTA -TCE

TCE MG confirmou que não audita a dívida: faz análises dos valores pagos e projeções para o futuro; não auditou as dívidas que deram origem à renegociação de 1998, conforme Ofício 4214/2012/SP, de 20/4/2012

PERGUNTA: A partir de 2017 MG passa a classificar em Restos a Pagar o NÃO PAGAMENTO DAS PARCELAS DA DÍVIDA COM A UNIÃO.

O Sr. Considera esse procedimento compatível com as disposições da LRF?

Tabela 6 – Estoque de Restos a Pagar em 31/12/2021

Em Reais

| Ano de Inscrição | Restos a Pagar não Processados | Restos a Pagar Processados + RPNP Liquidados no exercício | Total Restos a Pagar |
|----------------------|--------------------------------|---|--------------------------|
| Anteriores a 2021 | 3.714.933.500,27 | 32.368.215.187,26 | 36.083.148.687,53 |
| 2021 | 7.011.211.510,87 | 15.774.949.030,06 | 22.786.160.540,93 |
| Estoque Total | 10.726.145.011,14 | 48.143.164.217,32 | 58.869.309.228,46 |

Fonte: Armazém SIAFI/MG

Elaboração: DCICF/SCCG/STE/SEF

Somente no exercício de 2021, o governo de MG destinou a União, o maior credor do Estado, R\$ 7,822 bilhões das despesas empenhadas pelo serviço da dívida, um aumento de 10,46% em relação ao exercício de 2020.

STN

- STN*, exercício de 2020 - MG apresentou a pior classificação no índice de liquidez (199,6 - Letra D) o que indica a pouca capacidade de pagamento do Estado.

Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais da STN de 2021, ano base 2020

PROPOSTA

O problema não é a dívida em si (apesar de questionável), mas os motivos determinantes no caso concreto são os termos da renegociação em 1998 e todas as suas implicações nos exercícios posteriores.

Propomos que a dívida negociada com a União seja refeita, retroativamente, à data da assinatura dos contratos(1998) com o valor original sendo corrigido apenas pela inflação oficial - IPCA.

Essa proposta consta do PLS 561/2015 dos senadores do RS